

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO

CNPJ 26.042.515/0001-48 ADM: 2025 / 2028

MENSAGEM N°051/25

Senhor Presidente,

Senhoras Vereadoras.

Senhores Vereadores,

Tenho a satisfação de encaminhar o Projeto de Lei nº051/25, que "Autoriza a abertura de credito adicional suplementar por superávit financeiro no orçamento vigente e contém outras providências" a fim de viabilizar as ações governamentais do Fundo Municipal de Educação e Fundo Municipal de Assistência Social"

A abertura de crédito suplementar está prevista no artigo 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e depende da existência de recursos disponíveis para acorrer a despesa, sendo que no caso presente os mesmos advirão de superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial de 31/12/2025.

O referido crédito suplementar tem como objetivo aquisição de veículos para a Manutenção do Transporte escolar da Educação Básica e complementação para aquisição de Van.

O crédito suplementar será sempre autorizado previamente por lei com aprovação desta casa de lei, conforme estabelece o artigo 42, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo as condições básicas para tanto a prévia autorização legislativa e a indicação dos recursos.

Na oportunidade, colocamo-nos à disposição de Vossa Excelência e ilustres pares para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários durante a tramitação do presente projeto de lei, esperando contar com o apoio indispensável para a sua aprovação imediata.

Prefeitura Municipal de Carneirinho, 31 de outubro de 2025

WILLIAN MARTINS
MAIA:59795964615
Dados: 2025.10.31 12:28:08

Willian Martins Maia Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO

CNPJ 26.042.515/0001-48 ADM: 2025 / 2028

PROJETO DE LEI Nº051/25

Autoriza a abertura de credito adicional suplementar por superávit financeiro no orçamento vigente e contém outras providências.

Willian Martins Maia, Prefeito Municipal de Carneirinho, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em especial nos termos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal, por seus representantes aprovou e ele, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito especial no orçamento do Município por superávit financeiro no valor total de **R\$360.000,00** (Trezentos e sessenta mil reais), para fazer face às despesas para o exercício de 2025, na seguinte dotação e fonte:

02 - Poder Executivo

02.06 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02.06.02 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS ENSINOS

12.361.0010.2032 - Manutenção do Transporte Escolar - Educação Básica

4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

FICHA (126) 92 sub sin 2

Fonte de Recurso – 02.500 – Recursos não Vinculados de Impostos

R\$ 260.000,00

02.09 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

02.09.02 - Ações em Assistência Social e Habitação

08. 244.0016.2048 – Manutenção dos Serviços Assistenciais

4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

FICHA (258)

Fonte de Recurso - 02.500 - Recursos não Vinculados de Impostos

R\$ 100.000,00

- Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo 1º desta Lei, o Chefe do Executivo editará o competente decreto e, para tanto, tendo como origem os recursos provenientes de superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial de 31/12/2024.
- **Art. 3º** Caso a dotação orçamentária seja insuficiente para cobrir as despesas, fica autorizado ao Poder Executivo a realização das suplementações e alterações de fontes que se fizerem necessárias para cumprimento do objeto da presente lei.
- Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Carneirinho, 31 de outubro de 2025

WILLIAN MARTINS

Assinado de forma digital por WILLIAN MARTINS MAIA:59795964615

MAIA:59795964615
Dados: 2025.10.31 12:27:45-03'00'
William Martins Maia

Willian Martins Maia Prefeito Municipal A Comissão de Finanças e Orçamento para oferecer parecer. Sala das Sessões 03/1 Ciente: Pres. Comissão

Aprovado em duas discussão Por unamini dado Sala das Sessões em 03/1 O Presidenta

> A Sanção Sala das Sessões em 3/11/25

O Presidente



Câmara Municipal de Carneirinho - Carneirinho - MG Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



COMPROVANTE	DE PROTOCOLO	- Autenticação: 02025/10/31000134
COMITIONANTE	DE FRUIUCULU	- Autenicacao. 02023/10/31000134

C	ONTROVANTE DE PROTOCOLO - Autenticação. 02023/10/31000134		
Número / Ano	000134/2025		
Data / Horário	Horário 31/10/2025 - 13:24:56		
Assunto	Ofício nº132/2025/GP-PM Projetos de Lei nº 050, 051, 052, 053, 054, 055, 056 e 057/2025		
Interessado	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO		
Natureza	Administrativo		
Tipo Documento	Oficio		
Número Páginas	o Páginas 1		
Emitido por	Jane		



CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRIN

CNPJ 26.042.572/0001-27

PARECER JURÍDICO Nº 21/2025

MATÉRIA: PROJETO DE LEI Nº 051/2025 que ""DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCIERO NO ORÇAMENTO VIGENTE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"".

1 – RELATÓRIO

A proposição acima referenciada, cuja autoria pertence ao Sr. Prefeito Municipal, objetiva a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro, visando viabilizar aquisição de veículos para a manutenção do transporte escolar da Educação Básica.

2 – DO PARECER JURÍDICO – PRERROGATIVA PREVISTA NO ARTIGO 133 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 – MANIFESTAÇÃO FUNDAMENTADA NO LIVRE EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Compete à Assessoria Jurídica, órgão integrante da estrutura administrativa da Câmara Municipal de Carneirinho/MG, dentre outras atribuições, analisar e opinar sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa das proposições.

Logo, deve ser emitido parecer sobre o PROJETO DE LEI nº 033/2025 por esta Assessoria Jurídica.

O artigo 133, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que "o Advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei."

No mesmo sentido, a Lei Federal nº 8.906, de 04/07/1994 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil) assevera que o advogado é inviolável por seus atos e manifestações, nos termos do que preconiza o parágrafo 3º de seu artigo 2º:

"Artigo 2° (...)

Parágrafo 3º - No exercício da profissão, o advogado é inviolável por seus atos e manifestações, nos limites desta Lei."



CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRINI

CNPJ 26.042.572/0001-27

Seguindo esta linha de raciocínio, vale também citar o inciso I do artigo 7º da Lei Federal nº 8.906/1994, que estabelece ser direito do advogado, dentre outros, "exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional".

Registre-se que o presente parecer, apesar da sua importância para o processo legislativo, não tem efeito vinculante, tampouco caráter decisório. As autoridades a quem couber a sua análise têm plenos poderes para acolhê-lo, no todo ou em parte, ou rejeitá-lo.

A propósito, ensina José dos Santos Carvalho Filho:

"Os pareceres consubstanciam opiniões, pontos de vista de alguns agentes administrativos sobre matéria submetida à sua apreciação (...) refletindo um juízo de valor, uma opinião pessoal do parecerista, o parecer não vincula a autoridade que tem competência decisória, ou seja, aquela a quem cabe praticar o ato que o aprova ou rejeita. Como tais atos têm conteúdos antagônicos, o agente que opina nunca poderá ser o que decide." (Manual de Direito Administrativo, 21ª edição, Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2009; pág. 133).

Outrossim, cumpre ressaltar que este parecer não substitui os pareceres das Comissões Permanentes desta Casa Legislativa, às quais a depender da natureza jurídica do projeto, devese ser submetido para apreciação, sempre ponderando, de novo, a matéria de sua competência.

3 – DA FUNDAMENTAÇÃO E MÉRITO DO PROJETO DE LEI nº 051/2025

Conforme relatado, o Projeto de Lei nº 051/2025, visa a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 31/12/2025 no orçamento vigente, visando viabilizar aquisição de veículos para a manutenção do transporte escolar da Educação Básica.

A proposta indica expressamente a fonte de recursos (superávit financeiro) e a finalidade social do investimento, apontando a intenção de compra de veículo para Educação Básica.

Nos termos do artigo 43, da Lei nº 4.320/1964, os recursos provenientes de superávit financeiro do exercício vigente constituem fonte legal para abertura de créditos adicionais, desde que não comprometidos, ou seja, depende de existência dos recursos dísponpiveis.

out



CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRIN

CNPJ 26.042.572/0001-27

Sendo assim, cabe ao executivo dispor dos recursos apurados no balanço patrimonial do exercício anterior, informando a destinação e fichas orçamentárias de alocação dos recursos.

A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) exige, em seu artigo 16, que toda despesa pública seja precedida de demonstração de sua compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Portanto, embora a origem dos recursos esteja legalmente prevista, é essencial que haja compatibilidade formal com as diretrizes e metas estabelecidas na LDO vigente e no PPA, sob pena de vício de legalidade na tramitação e execução da norma.

Nesse contexto, conclui-se e opina pela legalidade e a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 051/2025, embora ressalvado as disposições de compatibilidade do PPA e LDO, haja vista a existência de interesse público na aprovação do referido projeto, e o casamento do ditame Constitucional Pátrio com o referido projeto.

Ressalta que ainda que haja parecer jurídico sobre a matéria em questão, tal análise não substitui a apreciação legislativa nas comissões competentes, uma vez que cabe a estas a avaliação do mérito, da adequação normativa e da conformidade com o ordenamento jurídico vigente, garantindo assim o devido processo legislativo e a observância dos princípios da legalidade e da separação dos poderes.

4 - CONCLUSÃO

Diante do exposto, não se vislumbra óbice constitucional, ilegal ou de técnica legislativa ao prosseguimento do Processo Legislativo, de responsabilidade do Poder Executivo Municipal, OPINO pela juridicidade do projeto de lei em análise.

Este é o nosso parecer.

Carneirinho/MG, 03 de novembro de 2025.

Gabriela Aparecida Tavares Longo – Assessora Jurídica da Câmara Municipal
OAB/MG 222.263

CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRIN

CNPJ 26.042.572/0001-27

PARECER PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º: 051/2025

DENOMINAÇÃO: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro no orçamento vigente e contém outras providências.

AUTOR(ES): Poder Executivo

COMISSÃO: Finanças e Orçamento.

CONCLUSÃO: O relator da Comissão após apreciação e estudo do Projeto de Lei supracitado, enviado pelo presidente da Comissão, CONCLUIU QUE: trata-se de projeto legal e constitucional e quanto ao mérito DECIDIU: pela aprovação do projeto

como encontra-se redigido.

Relator

PARECER DA COMISSÃO

Os membros da Comissão, após a apreciação do parecer do Relator emitem seu voto:

		Favorável	Contrário	Em Separado Com parecer em anexo
Presidente	Edna Cristina de Lima	Chua		
Vice-Pres.	Liz Queli Patrícia Diniz	STA 1		
Relator	Valdinei Nunes de Freitas	Jan		

Câmara Municipal de Carneirinho, 3 de novembro de 2025.

APROVADO em discussão.
Por discussão.
Carneirinho-MG, 03/11 /2025.

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRINH

CNPJ 26.042.572/0001-27

PARECER PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º: 051/2025

DENOMINAÇÃO: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro no orçamento vigente e contém outras providências.

AUTOR(ES): Poder Executivo

COMISSÃO: Finanças e Orçamento.

CONCLUSÃO: O relator da Comissão após apreciação e estudo do Projeto de Lei supracitado, enviado pelo presidente da Comissão, para a **Redação Final**: Deu forma a matéria aprovada segundo a técnica legislativa.

Relator

PARECER DA COMISSÃO

Os membros da Comissão, após a apreciação do parecer do Relator emitem seu voto:

		Favorável	Contrário	Em Separado Com parecer em anexo
Presidente	Edna Cristina de Lima	Ema		
Vice-Pres.	Liz Queli Patrícia Diniz	15PD	_	
Relator	Valdinei Nunes de Freitas	Gleny		

Câmara Municipal de Carneirinho, 3 de novembro de 2025.

APROVADO em discussão.
Por umanimo discussão.
Carneirinho-MG, 02/11/2025.
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRINE

CNPJ 26.042.572/0001-27

	VOTAÇÃO
DATA DE RECEBIMENTO Analisado	
	Maioria simples
	pela Assessoria Jurídica em:
31/10/2025	03/11/2025
Ordem Do Dia Da(S) Reuni	ão(ões)

PRAZOS PARA AS COMISSÕES APRESENTAREM OS PARECERES Art.100 RI.

Entregue à Comissão F.O. em 03/11/25 Visto do Pres:	6/1
Edna Cristina de Lima	Garage
Entregue ao Relator em 3/11/25 Visto do Relator:	// //
Valdinei Nunes de Freitas	(Wint
Vista nos termos do § 1º do Art. 101 RI ao Ver.	9"
Entregue à Comissão F.O em 154125 Visto do Pres:	16/
Edna Cristina de Lima	Egua.
Entregue ao Relator em 3/11/25 Visto do Relator:	
Valdinei Nunes de Freitas	(MW
Vista nos termos do § 1º do Art. 101 RI ao Ver.	900

Vista nos termos do Art. 216 R.I.		Resultado da votação.
Data	Vereador	Unanimidade
		A favor
		Contra
		Rejeitado
		Arquivado
		Com emenda:
		Sem emenda:



CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO

CNPJ 26.042.572/0001-27

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 53/2025

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro no orçamento vigente e contém outras providências.

Willian Martins Maia, Prefeito Municipal de Carneirinho, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em especial nos termos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal, por seus representantes aprovou e ele, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito especial no orçamento do Município por superávit financeiro no valor total de **R\$360.000,00** (Trezentos e sessenta mil reais), para fazer face às despesas para o exercício de 2025, na seguinte dotação e fonte:

02 - Poder Executivo

02.06 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.06.02 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS ENSINOS
12.361.0010.2032 – Manutenção do Transporte Escolar – Educação Básica
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente FICHA (126)
Fonte de Recurso – 02.500 – Recursos não Vinculados de Impostos
R\$ 260.000,00

02.09 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
02.09.02 – Ações em Assistência Social e Habitação
08. 244.0016.2048 – Manutenção dos Serviços Assistenciais
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente FICHA (258)
Fonte de Recurso – 02.500 – Recursos não Vinculados de Impostos
R\$ 100.000,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo 1º desta Lei, o Chefe do Executivo editará o competente decreto e, para tanto, tendo como origem os recursos provenientes de superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial de 31/12/2024.

Art. 3º Caso a dotação orçamentária seja insuficiente para cobrir as despesas, fica autorizado ao Poder Executivo a realização das suplementações e alterações de fontes que se fizerem necessárias para cumprimento do objeto da presente lei.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Carneirinho, 03 de novembro de 2025.

FÁBIO SAMARTINO Presidente da Câmara